

PONDERAÇÕES A CERCA DA HISTORIOGRAFIA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS NOS DIAS ATUAIS

Jacirema das N. Pompeu Martins¹
Célio Cunha²

49

Resumo: O Sistema Educacional Brasileiro em seus diversos níveis de ensino pode ser considerado excludente ao refletir e repetir ao longo dos tempos, as desigualdades econômicas, sociais, culturais que perduram no país e as Universidades não são uma exceção. Do período imperial aos dias atuais a historiografia é caracterizada por lutas desde a sua criação às diversas reformas que afetaram o país e conseqüentemente as Universidades marcam a trajetória educacional brasileira. Este artigo sem pretender esgotar o assunto, destaca fases da trajetória das universidades analisando conseqüências marcantes que por sua vez, construíram espaços importantes ou determinaram retrocesso e avanços na construção da sua história.

Palavras-chave: Universidades Brasileiras. Historiografia. Contexto político e social

¹ Doutoranda em Educação (Universidade Católica de Brasília-2018). Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (1999), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2004). Pós-Graduada em: Teologia para Leigos; Educação a Distância; Inspeção Escolar; Docência no Ensino Superior; Supervisão Escolar; Orientação Escolar. Professora na Faculdade do Noroeste de Minas e no Estado de Minas Gerais. Foi professor cooperante pela CAPES- Brasil em Timor Leste (Ásia) de 2007 a 2009. Membro atuante do NOP- Núcleo de Apoio Psicopedagógico da Faculdade Fenom.; experiência na área de ensino de Geografia nos ensinos fundamental e médio, formação de professores, prática de ensino de geografia, recursos naturais, políticas públicas e educação ambiental. E-mail: acirema_neves@hotmail.com

² Bacharel e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1968), mestre em Educação pela Universidade de Brasília (1980) e doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1987). Atualmente é Professor do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Católica de Brasília - área de concentração: políticas públicas de educação e história das ideias pedagógicas. Professor Adjunto IV da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (aposentado), membro do Conselho Editorial das revistas Linhas Críticas (UnB), Ensaio (Fundação Cesgranrio), Política e Administração da Educação (Anpae) e Integração e Conhecimento do NEIES-Mercosul. Atuou como coordenador editorial e assessor especial da UNESCO no Brasil na área de educação por vários anos. Tem livros e artigos publicados e experiência em políticas públicas de educação. Foi analista de ciência e tecnologia e Superintendente da área de Ciências Humanas e Sociais do CNPq e Diretor e Secretário Adjunto de Política Educacional do MEC. No início da carreira, dirigiu o Departamento de Ensino e Pesquisa da UFMT. E-mail:

Recebido em 01/04/2019
Aprovado em 30/04/2019

Abstract: The biography on education asserts that the Brazilian Educational System at its various levels of education can be identified as excluding, reflecting and repeating over time, the economic, social and cultural inequalities of the country, Universities are no exception. From the imperial period to the present day the historical struggles since its inception the various reforms that affected the country and consequently the universities mark the Brazilian educational trajectory. This article does not pretend to exhaust the subject, it intends to present the different phases of the trajectory of the universities highlighting analyzing important consequences that in turn, constructed or determined some retrogression in the construction of its history.

Keywords: Brazilian Universities. Historiography. Political and social context.

Introdução

A concepção da universidade no Brasil nos apresenta desde seu início um histórico de resistência a sua implantação, primeiramente por parte de Portugal refletindo claramente sua política de colonização, impedindo sua criação até o próprio desinteresse por parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia, pois consideravam mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores (MOACYR, 1937, p. 580-581). As primeiras ideias no sentido de sua criação nascem sob o signo do insucesso.

Em vista disso, os alunos graduados nos colégios jesuítas partiam para a Universidade de Coimbra em Portugal ou para outras universidades europeias, a fim de completar seus estudos. Entre as tentativas de criação de universidade no Brasil, encontramos registros de intenções, que constam desde a agenda traçada no período da Inconfidência Mineira. Foram tentativas, sem êxito que continuaram por mais de um século e uma delas coincide com a transferência da sede da Monarquia para o Brasil. Portanto, não seria exagero inferir que Portugal exerceu, até o final do Primeiro Reinado, grande poder de influência na formação de nossas elites.

As tentativas de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram frustradas, fato que denunciava uma política de controle por parte da Metrópole sobre qualquer ação que divisasse sinais de independência cultural e política da Colônia (FÁVERO, 2000, p. 18-19). Importa lembrar ainda que, mesmo como sede da Monarquia, o Brasil consegue ainda assim o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter

profissionalizante. Ou seja, “o novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado Nacional” (CUNHA, 1980, p. 62).

Nos anos de 1808, são instituídos cursos e academias destinados a desenvolver, sobretudo, profissionais para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano secundário, profissionais de nível médio (CUNHA, 1980).

No ano da transmigração da Família Real para o Brasil é criado, por meio do Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Outros atos são sancionados e contribuem para a instalação, no Rio de Janeiro e na Bahia, de dois centros médico-cirúrgicos, matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (VILLANOVA, 1948, p. 8).

Em 1810, por meio da Carta Régia de 4 de dezembro é instituída a Academia Real Militar, inaugurada em abril do ano seguinte. Foi nessa Academia que se implantou o núcleo inicial da atual Escola de Engenharia da UFRJ.

De acordo com (VILLANOVA, 1948), modificações significativas ocorrem com o início dos cursos jurídicos, em 1827, instalados no ano seguinte em 1º de março de 1828, no Convento de São Francisco, em São Paulo, e o outro pautado na mentalidade política do Império que servia a elite da época que funcionava no Mosteiro de São Bento, em Olinda. Sem dúvida, eram centros de irradiação de novas ideias filosóficas, medidos em movimentos literários, debates e discussões culturais. Segundo João Roberto Moreira, esses dois cursos passam a ter grande influência na formação que interessavam à mentalidade da época. Tornam-se desta feita, provedores para os quadros das assembleias, que serviam ao governo das províncias e também para o governo central (MOREIRA, 1960, p.53)

No período da República Velha (1889-1929)

O modelo político adotado era o estadunidense baseado no sistema presidencialista. No âmbito da organização escolar percebe-se a influência da filosofia positivista, preconizada pela Reforma de Benjamin Constant que possuía como princípios norteadores de suas ações a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Segundo estes

princípios seguiam a orientação do que estipulava a Constituição brasileira. O objetivo desta Reforma era transformar o ensino de maneira a formar alunos para os cursos superiores. Por outro lado, havia também a intenção em substituir a predominância literária em voga que primava pela cientificidade, com vistas a alcançar o objetivo maior que era o ensino superior.

A Reforma nesse sentido foi bastante criticada pelos positivistas, seguindo a alegação de que a mesma não respeitava os princípios pedagógicos de Comte que defendia a predominância literária, e o que derivou da reforma foi apenas o acréscimo de matérias científicas às já tradicionais ao currículo.

A Reforma Rivadavia- (1911-1915).

Levada a termo pelo Governo Federal e por meio dela, no governo do presidente Hermes da Fonseca e seu ministro da Justiça o jurista Rivadávia Corrêa, ambos seguidores da doutrina positivista, buscaram o fim do status oficial do ensino baseando-se em uma interpretação discutível de um artigo da Constituição de 1891, o governo, por meio de um decreto presidencial, apoiado pelos parlamentares, determinou que as escolas de ensino secundário e de ensino superior perderiam os seus status de oficialidade e tornar-se-iam entidades corporativas autônomas. Com isso, a titularidade do monopólio da validação oficial dos diplomas e certificados e tal prerrogativa passam a ser tão somente da responsabilidade das entidades. O ensino livre seria o remédio para os considerados maus catedráticos, para a contenção desenfreada de diplomas, de fraudes e de instalações precárias dos estabelecimentos. Cria-se um conselho superior de ensino como uma espécie das atuais agências reguladoras, apresentando-se como órgão máximo da administração federal da educação.

Tal proposta preconiza a fala do então presidente em relação a que estava se tornado, segundo ele, o ensino superior no Brasil:

o mercantilismo chegou ao auge"; "as escolas superiores são tomadas de assalto por uma multidão de incapazes"; desceu o ensino a tal descrédito que, "ou se faz a sua reforma radical, ou preferível será aboli-lo de uma vez. (NUNES, 1962).

Ao apresentar justificativas para a Reforma, Rivadavia explica sua proposta como se ela fosse o coroamento de uma sequência progressiva das Reformas de 1879, de 1891 e de 1901.

Segundo ele: “O que está se delineando *em curvas mais ou menos sinuosas é o fio de liberdade* até se chegar à *plena liberdade espiritual* na Reforma” (in: Moacyr, 1942).

Assim, em 1879, Rivadávia Correa aponta a emergência do ensino livre como substituto do ensino obrigatório. Para ele, naquele momento, o ensino livre foi à via da emancipação das consciências pelo abolicionismo e republicanismos contra "a passiva obediência às doutrinas dos mestres" (idem). A Reforma de 1891, para o seu autor, ao consagrar a equiparação dos estabelecimentos particulares aos oficiais, "trouxe a confirmação de que não é o monopólio dos estabelecimentos oficiais, que dificultaria a distribuição do ensino" (Moacyr, 1942).

A Reforma de 1901, ainda que tenha sido desviada de sua proposta, acabou por transformar "a liberdade de frequência em liberdade de vadiar" (Moacyr, 1942), propiciando a fuga dos estudantes das salas de aula. Contudo, Rivadávia acentua, nessa Reforma, a importância do estabelecimento da "livre docência que significou a permissão ao aluno para escolher o seu mestre e a garantia a qualquer cidadão habilitado para lecionar no recinto dos estabelecimentos oficiais" (p. 11-12). Segundo ele: "A presente organização assinala e tem em vista uma suave e natural passagem da vigente oficialização do ensino para a sua completa desoficialização, corolário fundamental da liberdade profissional, consagrado na Constituição da República" (p. 14).

Após esta reforma em um período complexo da História do Brasil surge a Reforma João Luiz Alves que introduz a cadeira de Moral e Cívica com a intenção de tentar combater os protestos estudantis contra o governo do presidente Artur Bernardes reforçando o ato político no âmbito escolar.

A década de vinte foi marcada por diversos fatos relevantes no processo de mudança das características políticas brasileiras. Foi nesta década que ocorreu o Movimento dos 18 do Forte (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista do Brasil (1922), a Rebelião Tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1924 a 1927).

São fatos marcantes que deram início, por assim dizer a uma nova feição artística, cultural, acadêmica e política no Brasil.

Como resultado disso, aconteceu a Revolução de 1930, quando a oligarquia cafeeira dominada por São Paulo e Minas Gerais foi derrotada e deu poder a Getúlio Vargas.

Segunda República (1930-1936)

Nesse processo complexo, houve uma tentativa do estado paulista retomar a liderança. Primeiro, porque a Revolução de 30 estava acima da constituição, e em 1932 houve a famosa Revolução Constitucionalista que pretendia a derrubada do governo provisório de Getúlio Vargas. São Paulo enfrentou todo o Brasil e perdeu a briga comandada pelo um grupo liderado por Júlio Mesquita Filho, secretário e redator do jornal Estado de São Paulo.

A Revolução de 1930 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no modelo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como “Reforma Francisco Campos”.

Em 1932 um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época. Em 1934, a nova Constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos.

Foi a partir daí que os líderes do movimento procuraram uma forma de o estado recuperar sua hegemonia: uma elite capacitada que pudesse liderar o país. Resolveram, então, lutar pela construção da universidade. Getúlio Vargas percebeu que ter São Paulo como inimigo não era bom para o seu governo. Nesta época, ele estava enviando interventores para diversos estados. Para o estado paulista, nomeou Armando de Sales Oliveira, que em 1934 criou a USP, reunindo as faculdades existentes e institutos de ensino. Abriu-se a Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras, que oferecia as matérias básicas para todos os cursos, e assim surgiu a Universidade de São Paulo. (MOTOYAMA, 2017)

Embora a organização da universidade tenha sido feita inteiramente pelos brasileiros, dentre eles pessoas que já tinham trabalhado com educação, como Fernando de Azevedo e Paulo Duarte, a Escola Politécnica trouxe muitos estrangeiros, principalmente nas áreas científicas e tecnológicas, porque o país estava muito atrasado nesses campos de estudo. E a mesma lógica de importar professores serviu para a criação da USP. “A sabedoria dos dirigentes foi reconhecer que estávamos atrasados e que precisávamos de pessoas competentes, não necessariamente famosas, para ter um ensino de qualidade”. (MOTOYAMA, 2017)

A USP foi criada em uma época logo precedida pela Segunda Guerra Mundial, quando na Europa havia um surgimento forte do nazismo e do fascismo. No mesmo momento, havia uma inquietude muito grande da juventude. E a USP, por ter defendido uma ideologia liberal, não trouxe professores dos países fascistas e nazistas para as áreas de humanidades. “Mas como sabia que a Alemanha tinha muita tecnologia, a USP importou pesquisadores alemães das áreas exatas. Enquanto que para os cursos de humanidades trouxe os franceses”. Georges Dumas, professor de sociologia da Sorbonne, se comprometeu a enviar, anualmente, ao Brasil, professores de várias universidades francesas, sendo o contato de Júlio de Mesquita Filho, na França, para a seleção dos professores que vieram a compor o corpo docente.

Em 1935 o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, no então município do Rio de Janeiro.

Estado Novo (1937-1945)

Refletindo tendências fascistas é outorgada uma nova Constituição em 1937. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bastante explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado, propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário.

O contexto político do estabelecimento do Estado Novo faz com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente ricas no período anterior, entrem “numa espécie de hibernação”. As conquistas do movimento renovador, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas nessa nova Constituição de 1937. Marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas.

O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a se preocupar mais com a formação geral. Apesar dessa divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial.

República Nova (1946-1963)

A nova Constituição, na área da Educação, determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação. Além disso, fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos.

Baseado nas doutrinas emanadas pela Carta Magna de 1946, o Ministro Clemente Mariani, cria uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. Esta comissão, presidida pelo educador Lourenço Filho, era organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior. Em novembro de 1948 este anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas. Num primeiro momento as discussões estavam voltadas às interpretações contraditórias das propostas constitucionais.

Posteriormente, após a apresentação de um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda, as discussões mais marcantes retornam à questão da responsabilidade do Estado quanto à educação, inspirados nos educadores da velha geração de 1930, e a participação das instituições privadas de ensino.

Após 13 anos de acirradas discussões foi promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, sem a energia do anteprojeto original, prevalecendo as reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros.

As discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional tornaram-se um fato marcante, por outro lado muitas iniciativas assinalaram este período como o mais produtivo da História da Educação no Brasil: em 1950, em Salvador, no estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), dando início a sua ideia de escola-classe e escola-parque; em 1952, em Fortaleza, estado do Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima inicia uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético; em 1953, a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura; em 1961, tem início uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha em 40 horas alfabetizar adultos.

Ditadura Militar (1964-1985)

Um golpe militar em 1964 anula todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram “comunizantes e subversivas”, retirando dos currículos escolares disciplinas consideradas instigadoras de revoltas, tais como a História e Geografia unidas em um só conteúdo agora com caráter exclusivamente patriótico inclusive ministrado por simpatizantes a causa, sem o devido registro acadêmico.

O Regime Militar espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos e feridos nos confrontos com a polícia e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores.

Neste período deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. Para acabar com os “excedentes” (aqueles que tiravam notas suficientes para serem aprovados, mas não conseguiam vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório.

No sentido de erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, aproveitando-se a didática do expurgado Paulo Freire. O MOBREAL se propunha a erradicar o analfabetismo no Brasil: não conseguiu. Entre denúncias de corrupção, acabou por ser extinto e, no seu lugar, criou-se a Fundação Educar.

No período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que é instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante.

Vale destacar, no entanto, que a reforma assimilou certas demandas e reivindicações oriundas do movimento estudantil e de parcela do professorado. Ao mesmo tempo incorporou, embora de forma desfigurada, experiências tidas como renovadoras, como a desenvolvida na UnB. (...) A reforma acarretou, finalmente, a efetiva implantação da pós-graduação, tornando possível a pesquisa universitária, ainda que permeada de notórios limites. (GERMANO, 2000, p. 145).

De acordo com o autor:

... apesar dos golpes desferidos na educação pelo Regime Militar, a reforma universitária contém, sem dúvida, elementos de *renovação*, sobretudo na pós-graduação. Ao mesmo tempo que o estado exercia o mais severo controle político-ideológico da educação, possibilitava, contraditoriamente, o exercício da crítica social e política, não somente ao regime político vigente no país, mas também do próprio capitalismo no âmbito universitário. Estamos nos referindo, evidentemente, à pós-graduação em Ciências Humanas. Por sua vez, isso revela que o aspecto *restaurador* [da ordem] não elimina a possibilidade de ocorrerem mudanças efetivas, que se tornam matrizes de novas modificações, segundo Gramsci (1977:767). (GERMANO, 2000, p. 148)

Entretanto, na época, Demerval Saviani contestava, “decorridos quase 25 anos do fim da Ditadura Militar, por que não se modificou esse sistema, seja voltando ao anterior ou passando para outro”? e acrescenta “Creio que nada se mudou porque, como já foi dito, quase tudo que a Lei 5.540/68 determinou já fazia parte de um desejo de Reforma Universitária que não aconteceu com a Lei 4.024/61 porque as elites políticas e intelectuais conservadoras não estavam preocupadas por democratizar a educação, principalmente o ensino superior nesse País; e não aconteceu com a implantação da UnB, porque as mesmas elites abortaram a iniciativa”.

Conclui-se desta feita, como o sistema capitalista funciona independentemente da vontade de algumas elites, o Governo militar, a serviço do capital internacional, derrubou as categorias básicas da Reforma Universitária dos princípios filosóficos humanistas e democratizantes, dificultou as ações para que os setores propugnadores de uma universidade autônoma não se reconhecessem como delineador dessa dita reforma, tamanha foi a desfiguração provocada. Então, o que se destaca é a dificuldade por parte da esquerda educacional em reconhecer determinados méritos decorrentes das ações dos militares, por força imposição e da repressão sofrida no período.

A saber, Paulo Ghiraldelli Jr. (2006, p. 118-9) destaca, “A departamentalização criou, como queriam os técnicos da USAID, a mentalidade empresarial dentro das escolas”. Desta feita, são organizados os primeiros cursos de Pós-graduação, bastante criticado pelo escritor fazendo um juízo supostamente equivocado, posto que o departamento de Pós-Graduação, como menor unidade administrativa da universidade, foi propugnado por Darcy Ribeiro (1982) para a UnB, tendo sido aceito positivamente por todos os intelectuais progressistas, um marco para a Universidade.

Em relação à pós-graduação, Dermeval Saviani afirma:

Embora implantada segundo o espírito do projeto militar do “Brasil grande” e da modernização integradora do país ao capitalismo de mercado, a pós-graduação se constituiu num espaço privilegiado para o incremento da produção científica. No caso da educação, contribuiu de forma importante para o desenvolvimento de uma tendência crítica que, gerando estudos consistentes a contrapelo da orientação dominante alimentou um movimento emergente de propostas pedagógicas contra hegemônicas. (SAVIANI, 2008).

Segundo autores, pode-se afirmar categoricamente, que um legado repulsivo que a Ditadura Militar deixou para todos, em prejuízo de todos, foi a tendência à privatização do ensino público, e em particular da educação superior, que é denunciador veementemente por Lalo Watanbe Minto (2006). E contra isso Bárbara Freitag se pronunciou:

Com a separação entre rede oficial e particular, reintroduziu-se a dualidade do antigo sistema educacional, que oferecia uma via para os filhos dos ricos e outra para os filhos dos pobres. Com auxílio do ensino particular se realiza novamente o esquema antigo da reprodução das relações de classe, de uma forma bastante *sui generis*. (FREITAG, 1980, p. 115)

Tal situação cria a necessidade da busca por mudanças, à história aponta que a pressão dos estudantes e de professores, para que se empreendesse a Reforma Universitária, mesmo sabendo que não corria grande perigo, fez-se ouvir.

Nova República (1986-2003)

Ao final do Regime Militar as discussões sobre as questões educacionais lamentavelmente haviam perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político. A partir de então, verifica-se a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática, à relação direta entre professor e estudante e à dinâmica escolar em si mesma. Tais profissionais que impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar e profissionais de outras áreas, distantes do conhecimento pedagógico, passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome do saber.

Datado do fim do Regime Militar, a fase politicamente marcante na educação, foi o trabalho do economista e ministro da Educação Paulo Renato de Souza, que tornou o Conselho Nacional de Educação menos burocrático e mais político. Jamais houve execução de tantos projetos na área da educação.

Nos dias atuais muito tem se mexido no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que é mais o de manter o “status quo”, para aqueles que frequentam os bancos escolares, e menos de oferecer conhecimentos básicos, para serem aproveitados pelos estudantes em suas vidas práticas.

Considerações Finais

A explanação acerca da historiografia das Universidades brasileiras tendo como pano de fundo as transformações políticas e sociais, ao longo da história recente do Brasil, sem a pretensão de se esgotar o assunto, teve por finalidade exemplificar as dificuldades pelas quais passaram e continuam passando o ensino superior no Brasil.

Distintas interpretações sobre a história dessa instituição e seus empecilhos, tomam corpo e por vezes, justificam os descaminhos por ela tomados. Entretanto, o desafio maior ainda é transformá-la. Para tanto, faz-se necessário o conhecimento de sua realidade, desde sua criação e organização, ao seu funcionamento e desenvolvimento, na tentativa de perceber quais forças podem ser mobilizadas com o fim de empreender as mudanças almejadas. Todavia, tal empreendimento não se faz sem relacionar essa instituição com o conjunto da sociedade, sob a dimensão política. O ponto de partida para qualquer discussão sobre universidade não poderá ser, portanto, “o fenômeno universitário” analisado no âmbito de uma realidade concreta, da qual faz parte em sua totalidade, no bojo de todo um processo social, e da ainda precária situação do país.

A universidade representa o campo de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos. Necessita ser o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas. A Universidade não pode permanecer isolada em seu *campus*, ocupando um espaço físico no qual a maioria das suas ações pouco, ou quase nada contribui á população do seu entorno. Não resta dúvida de que essas tarefas constituem um aprendizado difícil e por vezes exaustivo, mas necessário, acreditamos piamente que a nova expressão da Universidade deva ultrapassar os seus muros, partir para ações além das teorias e pesquisas.

Pensar que a crise e/ou impasses que as instituições universitárias enfrentaram até a década de 60 do século passado se limitam à universidade ou se restringem aos limites do universo educacional é pura ingenuidade, a crise da universidade possui relação íntima com o colapso de instituições existentes na sociedade brasileira, que via de regra, não atende ou se coadunam com os interesses da velha ordem e, ao mesmo tempo, ainda não tinham assumido um papel atento a responder às necessidades emergentes.

O que fica claro no decorrer das leituras é que as forças políticas sempre influenciaram e continuam influenciando o livre desenvolvimento da universidade, dificultando que a mesma cumpra o seu real papel, ressaltando-se como o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas, tão necessários ao desenvolvimento do país. Os novos cenários alteram a ideia de universidade, esta deverá

converter-se numa comunidade de aprendizagem, de ensino, de pesquisa e de difusão da cultura de elevado nível.

Em toda América Latina as modalidades organizacionais da educação superior se tem transformado radicalmente no transcurso das últimas décadas, um período em que crescem as demandas sociais sobre as instituições e acendeu muito rapidamente o número de estudantes e estabelecimentos. Em paralelo, o modelo tradicional de estruturação das universidades atingiu seus limites naturais como configuração educacional elitista, mal diferenciada em sua composição social e concentrada exclusivamente em lugares geográficos privilegiados, fato que agrava sobremaneira as diferenças socioculturais existentes no país, diferenciando as oportunidades para todos, conforme reza a Constituição brasileira.

Referencial Bibliográfico

ALENCAR, Heron de. *A universidade de Brasília*. In: RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ARCE, Alessandra (Org.). *Apresentação*. Cad. CEDES, Campinas, v. 28, n. 76, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32622008000300002&nrm=isso>. Acesso em 10 ago. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino superior e universidade no Brasil*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. *Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32622008000300004&ing=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2018.

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
MINTO, Lalo Watanabe. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas-SP: Autores Associados, 2006).

- RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira*. 16. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANFELICE, José Luís. *O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32622008000300005&ing=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2009.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Cad. CEDES, Campinas, v. 28, n. 76, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32622008000300002&ing=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2009.
- SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71. In: _____. *Educação: do senso crítico à consciência filosófica*. 15. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.